

Estudo Técnico Preliminar 71/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.058345/2023-23

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar trata da análise de viabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de obras para Reforma do Gabinete do Reitor e Entorno - Universidade Federal de Pernambuco, com área útil de intervenção total de 395,78 m², com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e demais equipamentos necessários à execução dos serviços.

O gabinete do reitor é um dos principais ambientes da Universidade Federal de Pernambuco, considerando que se trata de um espaço voltado para a criação e/ou consolidação de importantes relações institucionais entre a Universidade e diversos setores da sociedade civil. Além disso, é o local no qual são tomadas as principais decisões administrativas da UFPE. Entretanto, atualmente, o ambiente encontra-se inadequado ao desempenho dessas funções. Exemplificadamente:

I. O forro do hall de acesso encontra-se com um aspecto bastante deteriorado, prejudicando a imagem institucional da UFPE perante os visitantes.

II. A atual disposição das salas do setor administrativo adjacente ao gabinete do reitor necessita de uma atualização, de modo a receber adequadamente os novos usos previstos, otimizar o fluxo de trabalho existente e aumentar a produtividade dos servidores.

III. O terraço do gabinete da reitoria necessita de novos elementos que favoreçam o uso do espaço e o convívio entre pessoas.

IV. O ambiente do gabinete da reitoria precisa ser revisto, sendo necessário, inclusive, a abertura de novas janelas para iluminação, pintura das paredes e teto e reorganização do layout.

V. A bancada de atendimento situada na recepção encontra-se em desacordo com as normas técnicas de acessibilidade vigentes.

Nesse sentido, é necessário que haja a contratação de uma empresa com a expertise técnica necessária, de modo a executar essas ações de requalificação em perfeito atendimento às boas práticas construtivas e às normas técnicas aplicáveis.

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

Licitações e contratos administrativos

I. Lei Federal nº 8.666/93 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos).

II. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).

III. Instrução Normativa nº 40/2020 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital).

IV. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Proteção ambiental

I. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).

II. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal).

III. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

Instalações elétricas

I. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).

Instalações hidrossanitárias

I. NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução).

II. NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

Canteiro de Obras

- I. 1. NR 1 - Disposições gerais.
- II. 2. NR 4 - Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.
- III. 3. NR 5 - Comissão interna de prevenção de acidentes.
- IV. 4. NR 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI.
- V. 5. NR 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional.
- VI. 6. NR 8 – Edificações.
- VII. 7. NR 9 - Programa de prevenção de riscos ambientais.
- VIII. 8. NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- IX. 9. NR 11 - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.
- X. 10. NR 12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.
- XI. 11. NR 15 - Atividades e operações insalubres.
- XII. 12. NR 16 - Atividades e operações perigosas.
- XIII. 13. NR 17 – Ergonomia.
- XIV. 14. NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

- XV. 15. NR 23 - Proteção contra incêndios.
- XVI. 16. NR 24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
- XVII. 17. NR 26 - Sinalização de segurança.
- XVIII. 18. NR 28 - Fiscalização e penalidades.
- XIX. 19. NR 33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados.

Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

- I. 1. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas.
- II. 2. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96).
- III. 3. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97).
- IV. 4. ABNT 9050/2020 (Acessibilidade).
- V. 5. Todas as normas técnicas aplicáveis ao desempenho acústico e lumínico da edificação.
- VI. 6. NBR 14565/19 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais).
- VII. 7. Todas as normas técnicas aplicáveis à climatização de ambientes.

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de qualquer legislação e/ou norma técnica aplicável à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- I. 1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);
- II. 1. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

- III. 1. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e a administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;
- a. 1. Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
- b. 1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- c. 1. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- d. 1. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- e. 1. Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
- f. 2. Conceder aos trabalhadores da contratada, direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- IV. 1. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;
- V. 1. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- VI. 1. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

- VII. 1. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- VIII. 1. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- IX. 1. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

5. Levantamento de Mercado

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, a contratação de empresa de engenharia para reforma do gabinete do reitor e entorno é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras, conforme motivação exposta no item 3 (Necessidade da Contratação) deste documento.

Ademais, a reforma do gabinete do reitor e entorno não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local, conforme entendimento explicitado pelo Tribunal de Contas da União, no acórdão 719 /2018-Plenário:

As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração

Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (SINAPI), estabelecidos no Decreto 7.983/2013 - no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União -, bem como no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016. Tais referenciais consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para reforma do gabinete do reitor da Universidade Federal de Pernambuco, com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

6. Descrição da solução como um todo

- I. 1. A solução desenvolvida na presente contratação **trata-se da execução de obra**, definida pelo artigo 6º, I, da lei 8.666/93 como “Toda construção, **reforma**, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta”;
- II. 1. Trata-se, também, de **obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo**, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”;
- III. 1. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de **execução indireta**, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;
- IV. 1. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de **empreitada por preço unitário**, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;
- V. 1. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de **60 dias**;

Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento **não exige dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Para atender a demanda, estima-se que a obra deverá conter, principalmente, as seguintes características:

Hall de acesso

- I. Substituição do forro do hall de entrada do gabinete.
- II. Substituição do forro entre o gabinete e o auditório no primeiro pavimento.
- III. Aplicação de película branca no vidro fixo entre a escada e o acesso ao gabinete.

Recepção

- I. Reforma do forro de gesso existente.
- II. Pintura de portas e paredes.
- III. Confeção de nova bancada de trabalho para secretárias.

BWCs masculino e feminino

- I. Relocação das portas de acesso.
- II. Substituição dos revestimentos, peças sanitárias e portas.
- III. Adequação do forro de gesso ao novo projeto.

Gabinete do reitor

- I. Abertura de novas janelas.
- II. Arquitetura de interiores: novo layout e novo mobiliário.
- III. Pintura das paredes.
- IV. Pintura do forro.

Varanda do gabinete

- I. Novo layout, composto por instalação de torro, novos mobiliários e intervenções paisagísticas.

Assessoria administrativa

- I. Novo layout, com nova divisão das salas e substituição de divisórias e placas de forro.
- II. Instalação de novos aparelhos de ar-condicionado.

7.2 Estima-se que a área total da obra seja de 395,78 m², incluindo, principalmente, as intervenções nos seguintes ambientes:

Ambiente	Área (m ²)
Terraço	73,47
Gabinete do reitor	87,82
Recepção	33,29
BWC Masculino	4,75
BWC Feminino	4,75
Assessoria	9,46
Assessoria	16,2
Circulação	8,19
Coordenação administrativa	16,39
Convênio	8,42
Protocolo	8,01
Hall	107,18

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 329.325,17

Estima-se que para a realização da reforma do gabinete do reitor da Universidade Federal de Pernambuco seja necessário o montante de **R\$ 329.325,17** (trezentos e vinte nove mil, trezentos e vinte cinco reais e dezessete centavos), conforme orçamento anexo ao Projeto Básico.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a **súmula 247** do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, é o que adverte o Tribunal de Contas da União:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra, até o presente momento, contratações correlatas à contratação ora em análise.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, na medida em que a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”.

- I. 1. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.
- II. 1. A contratação em tela também se alinha ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, uma vez que a UFPE possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, garantindo a acessibilidade com eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 5 ações, dentre as quais merece destaque a 17.3, que seria “Recuperar e manter as edificações e equipamentos dos campi”.
- I. 1. A contratação faz parte do Plano de Contratações Anual (PCA) da UFPE para o ano de 2023, sob o item 321.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, após a conclusão da reforma do gabinete do reitor da Universidade Federal de Pernambuco:

- I. 1. O gabinete do reitor seja modernizado, tornando-se um ambiente mais adequado à representação institucional da Universidade Federal de Pernambuco e à tomada de decisões individuais e/ou coletivas pelo alto escalão administrativo da Universidade.
- II. 2. Os demais ambientes administrativos, como a coordenação administrativa e as salas para assessores sejam requalificados, de modo a otimizar o fluxo de trabalho e propiciar as condições adequadas para o trabalho dos servidores.
- III. 3. A reitoria disponha de um novo espaço de convívio no terraço, destinado aos servidores e aos convidados da Universidade.

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere às providências para adequação do ambiente do órgão, até o presente momento, é possível constatar que:

- I. 1. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra.
- II. 2. A edificação encontra-se atualmente em uso, de modo que será necessário, por parte da administração do edifício da reitoria, a elaboração de um plano de convívio entre a execução da obra e eventuais atividades presenciais que necessitem lá ocorrer.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- I. 1. A reforma do gabinete do reitor produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:
 - A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
 - B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.
 - C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.
 - D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.
- II. 1. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:
 - A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.
 - B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

- (i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- (ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.
- (iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, após a análise da equipe de planejamento de contratação, chegou-se à conclusão de que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da Portaria de Designação Coletiva Nº 68, de 15 de maio de 2023, da Diretoria de Licitações e Contratos da Universidade Federal de Pernambuco.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membro da equipe de planejamento para eventuais contratações de obras de engenharia

Despacho: Responsável designado por meio da Portaria de Designação Coletiva Nº 68, de 15 de maio de 2023, da Diretoria de Licitações e Contratos da Universidade Federal de Pernambuco.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da equipe de planejamento para eventuais contratações de obras de engenharia

Despacho: Responsável designado por meio da Portaria de Designação Coletiva Nº 68, de 15 de maio de 2023, da Diretoria de Licitações e Contratos da Universidade Federal de Pernambuco.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da equipe de planejamento para eventuais contratações de obras de engenharia



Emitido em 14/09/2023

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 15/2023 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/09/2023 11:23)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SPO-UFPE (11.02.01)

Matrícula: ###346#5

(Assinado digitalmente em 14/09/2023 10:47)

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

CHEFE - TITULAR

DE SPO (11.02.06)

Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 14/09/2023 10:43)

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

DIRETOR - TITULAR

DPP (11.02.04)

Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 14/09/2023 10:49)

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

ARQUITETO E URBANISTA

CA SPO (11.02.05)

Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **15**, ano: **2023**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **14/09/2023** e o código de verificação: **212f28e6da**